



ATA DE SESSÃO DE DEBATES E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Aos **sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco**, no Centro de Convenções do Hotel Le Canton, na cidade de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, às 10 horas e 27 minutos, instalou-se a sessão de debates e votação das propostas de inclusão, revisão e cancelamento de enunciados do 1º Encontro do Centro de Estudos e Debates, onde se achavam presentes o Excelentíssimo Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, Diretor-Geral do CEDES; a Excelentíssima Desembargadora Mônica Maria Di Piero Costa, Diretora da Área de Direito Empresarial; a Excelentíssima Desembargadora Kátia Maria de Paula Menezes Monnerat, Diretora da Área de Direito da Saúde; o Excelentíssimo Desembargador Paulo de Oliveira Lanzillotta Baldez, Diretor da Área de Direito Penal; a Excelentíssima Desembargadora Flávia Romano de Rezende, Diretora da Área de Direito Tributário; o Excelentíssimo Desembargador José Roberto Portugal Compasso, Diretor da Área de Direito Administrativo; o Excelentíssimo Desembargador Flávio Marcelo de Azevedo Horta Fernandes, Diretor da Área de Direito do Crime Organizado; o Excelentíssimo Desembargador Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira, Diretor da Área de Direito Processual Penal; a Excelentíssima Desembargadora Mônica Feldman de Mattos, Diretora da Área de Direito de Família; o Excelentíssimo Desembargador Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho, Diretor da Área de Direito Civil – Parte Geral; o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Alberto Pereira, Diretor da Área de Direito Processual Civil; a Excelentíssima Desembargadora Adriana Ramos de Mello, Diretora da Área de Direito da Violência Doméstica; a Excelentíssima Desembargadora Maria Aglaé Tedesco Vilardo, Diretora da Área de Direito do Ambiente e do Clima; a Excelentíssima Desembargadora Márcia Alves Succi, Diretora da Área da Infância, da Juventude e do Idoso; a Excelentíssima Desembargadora Rosa Maria Cirigliano Maneschy, Diretora da Área de Direito de Órfãos e Sucessões; o Excelentíssimo



Desembargador Guilherme Braga Peña de Moraes, Diretor da Área de Direito Constitucional; e a Desembargadora Cláudia Maria de Oliveira Motta. Presentes, também, os Excelentíssimo Juízes de Direito Coordenadores de Área, Doutora Vania Mara Nascimento Gonçalves, Doutora Raquel de Oliveira, Doutor José Guilherme Vasi Werner, Doutora Lísia Carla Vieira Rodrigues, Doutor Fernando Antônio de Souza e Silva, Doutor Paulo Mello Feijó, Doutor Arthur Eduardo de Magalhães Ferreira, Doutora Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros, Doutora Simone Gastesi Chevrand, Doutor Alexandre Abrahão Dias Teixeira, Doutor Leonardo de Castro Gomes, Doutora Florentina Ferreira Bruzzi Porto, Doutor Rubens Roberto Rebello Casara, Doutor Alexandre Oliveira Camacho de França, Doutora Keyla Blank de Cnop, Doutora Fernanda Galliza do Amaral, Doutor Felipe Pinelli Pedalino Costa, Doutor Wladimir Hungria, Doutora Daniela Bandeira de Freitas, Doutora Admara Falante Schneider, Doutor Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, Doutora Yedda Christina Ching San Filizzola Assunção, Doutora Isabela Lobão dos Santos, Doutora Adriana Marques dos Santos Laia Franco, Doutora Simone Lopes da Costa, Doutora Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz, Doutora Elen de Freitas Barbosa, Doutora Luciana da Cunha Martins Oliveira, Doutora Beatriz de Oliveira Monteiro Marques, Doutora Ariadne Villela Lopes, Doutor Guilherme Rodrigues de Andrade, Doutora Caroline Rossy Brandão Fonseca, Doutor Andrew Francis dos Santos Maciel. Os trabalhos foram abertos às 10 horas e 45 minutos, pelo Diretor-Geral do CEDES, Excelentíssimo Desembargador Elton Leme e pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que esclareceu que as propostas apresentadas seriam submetidas à votação e que o quórum para a aprovação era de maioria simples. Mencionou-se ainda, que os interessados em fazer o uso da palavra para debater as propostas ou fazer qualquer sugestão de ajuste, alteração ou redução de texto, deveriam levantar a mão e manifestar-se no microfone. Em seguida, as propostas de cada uma das áreas do conhecimento foi apresentada, conforme documento em anexo, seguidas de debates e esclarecimentos, quando solicitados. Houve recesso entre as 13h05min e as 14h16min, com o prosseguimento das votações das propostas. Foram apurados os seguintes



resultados: 1) Direito Civil – Parte Geral: 2 propostas de inclusão de enunciados; 2 aprovadas; 2) Direito da Infância e da Juventude: 5 propostas de inclusão; 3 aprovadas, 1 reprovada e 1 retirada; 3) Direito do Ambiental e do Clima: 2 propostas de inclusão de enunciados; 2 aprovadas; 4) Direito das Sucessões: 2 propostas de inclusão de enunciados; 2 aprovadas; 5) Direito do Consumidor: 8 propostas de cancelamento de enunciados; 4 cancelamentos aprovados, 1 aprovada a revisão, 1 retirada, 2 postergada a análise; 6) Direito de Família: 11 propostas de inclusão de enunciados; 10 aprovadas e 1 retirada; 7) Direito Administrativo: 5 propostas de inclusão de enunciados; 3 aprovadas e 2 retiradas; 8) Direito Constitucional: 10 propostas de inclusão de enunciados; 4 aprovadas, 3 retiradas e 3 postergadas a análise; 9) Direito Processual Civil: 3 propostas de inclusão de enunciados; 3 aprovados; 10) Direito Tributário: 6 propostas de inclusão de enunciados; 5 aprovadas e 1 retirada; 11) Direito da Saúde: 12 propostas de revisão de enunciados, 1 proposta de inclusão; 9 revisões aprovadas, 1 inclusão aprovada, 1 cancelamento aprovado e 1 análise postergada; 12) Direito Empresarial: 8 propostas de inclusão de enunciados; 7 aprovadas e 1 análise postergada; 13) Direito do Crime Organizado: 13 propostas de inclusão de enunciados; 5 aprovadas, 1 retirada e 7 análises postergadas; 14) Direito da Violência Doméstica: 3 propostas de inclusão; 2 aprovadas e 1 análise postergada; 15) Direito Processual Penal: 1 proposta de inclusão de enunciado; 1 aprovada; 16) Direito Penal: 2 propostas de inclusão; 2 aprovadas. Concluídas as votações, a sessão foi encerrada às 17 horas e 19 minutos pelo Diretor-Geral do CEDES, Excelentíssimo Desembargador Elton Martinez, que agradeceu a presença dos Magistrados e dos servidores da equipe de apoio, anunciando a data prevista para o próximo encontro, qual seja, 27 de novembro de 2025. Eu, _____, Patrícia Oliveira de Siqueira, matrícula 01/19182, assessora de apoio aos estudos jurídicos do DECOJ, o digitei e subscrevo, certificando, por oportuno, que o documento em anexo, com as propostas e o resultado da votação, em 42 (quarenta e duas) laudas, passa a integrar a presente ata.